



ACONTECE NO CAIS

Boletim
Informativo do
Sindicato
Unificado da
Orla Portuária
SUPORT-ES

09 de julho de 2013
Jornalista Cristiane Brandão

**Participe do debate sobre os efeitos da mineração
O Suport-ES apoia esta luta!**



Desde 2009 o governo federal vem discutindo, internamente e com as empresas do setor, uma proposta de novo marco legal para a mineração no país, que deve substituir a legislação atual, de 1967. Durante todo o processo de debates a proposta foi mantida em sigilo; depois de muita pressão, as organizações sociais conseguiram uma reunião com a Casa Civil para apresentar suas propostas, mas todas as sugestões foram simplesmente ignoradas pelo governo.

No dia 18 de junho, quando as ruas do país estavam sendo tomadas pelas manifestações, o Planalto enviou a proposta ao Congresso Nacional, em regime de urgência constitucional, que obriga que cada uma

das casas legislativas tenha apenas 45 dias para debater e votar a proposta.

Em um momento no qual as ruas lutam para serem ouvidas e denunciam a distância com que os poderes constituídos tratam as demandas populares, perguntamos: qual é a urgência em se alterar uma legislação de 1967?

Porque o Poder Executivo teve quatro anos para debater a proposta e agora quer que o conjunto da sociedade a debata em 90 dias? A pressa para tratar do uso de bens naturais não renováveis nos parece perversa. Precisamos de debate público! Pela retirada do regime de urgência para o Código da Mineração.

Algumas imagens valem mais do que mil palavras.
Em Conceição do Mato Dentro - MG

O que natureza fez...



O que a **ANGLO AMERICAN** faz!

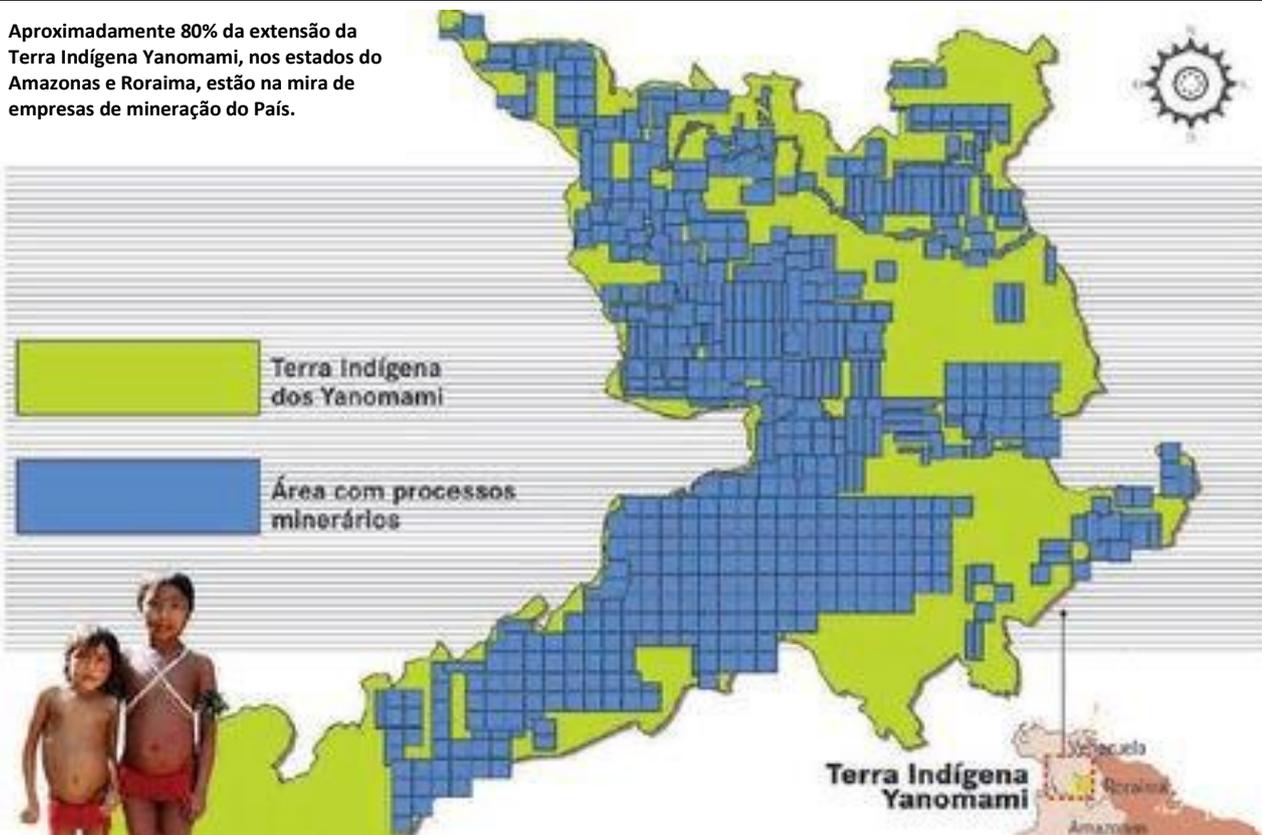


BNDES APROVA FINANCIAMENTO PARA BELO MONTE

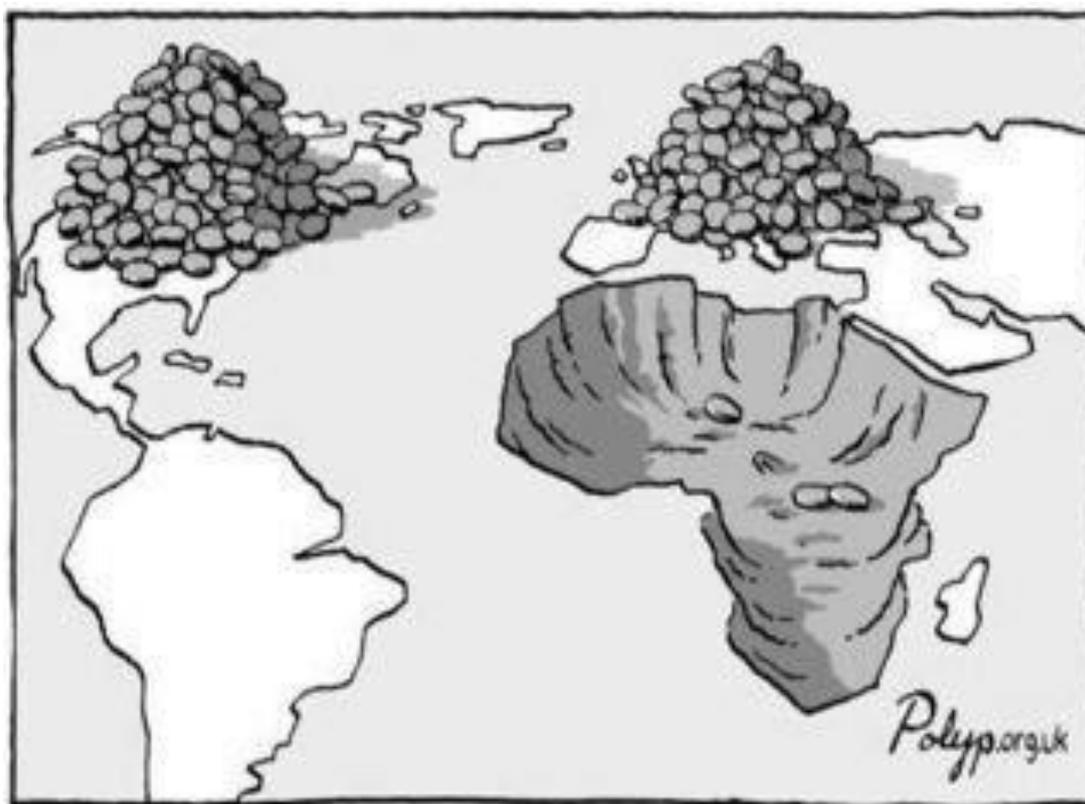


O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 22,5 bilhões para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA). Ressaltamos o quanto esta decisão está vinculada a um modelo de desenvolvimento voltado para a ocupação da Amazônia pela indústria extrativa mineral (A Vale é dona de 8% de Belo Monte) e pelo agronegócio.

Aproximadamente 80% da extensão da Terra Indígena Yanomami, nos estados do Amazonas e Roraima, estão na mira de empresas de mineração do País.



Está em tramitação o projeto de lei 1.610 que regulamente a mineração em Terras Indígenas. Até hoje essa atividade é proibida nesses territórios. Se esse PL for aprovado os impactos sobre as populações indígenas e seus territórios será devastador. Vejam na imagem o que significaria colocar para operar os requerimentos minerários nas Terras Yanomami. Seria praticamente uma ocupação total, um desastre!



Mineração... um Robin Hood às avessas. Tira dos pobres para dar para os ricos

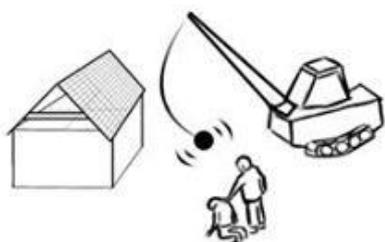
COMO A VALE SE VÊ...



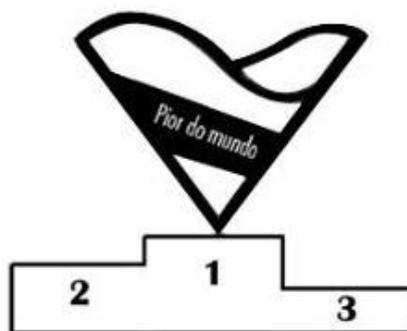
COMO A NATUREZA VÊ A VALE...



COMO OS ATINGIDOS VEEM A VALE...



COMO O PUBLIC EYE AWARDS VÊ A VALE...



 observatório do pré-sal
e da indústria extrativa mineral



Delegação do Observatório Latino-americano de Conflitos Ambientais (OLCA) exige à embaixada do Peru em Santiago a descriminalização dos protestos contra a mineração em Cajamarca.

DE ONDE VEM O LIXO PRODUZIDO NO MUNDO

Mineração 38%

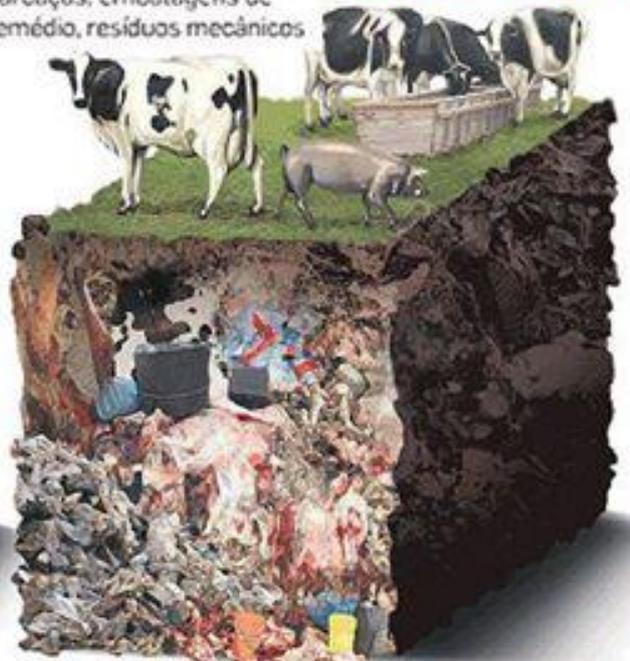
Basicamente escória (o que sobra do processo de mineração)

PARA SE TER IDEIA: A CADA UNIDADE DE OUNO (UNIDADE DE TONELADA) SÃO RETIRADAS 8 UNIDADES DE LIXO DE OUNO



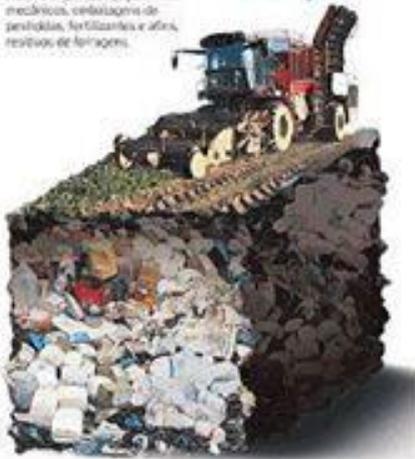
Pecuária 39%

Dejetos orgânicos, ossadas, carcaças, embalagens de remédio, resíduos mecânicos



Agricultura 19%

Motiva e peças, equipamentos mecânicos, embalagens de pesticidas, fertilizantes e afins, resíduos de forragens



Industrial 4%

Óleos lubrificantes, maquinaria sólida, sobras de produção industrial, acrílicos



Entulho 3%

Resíduos de reformas e de obras de engenharia civil



2,5% Resíduos sólidos urbanos

<http://www.estadao.com.br/especiais/de-onde-vem-o-lixo-produzido-no-mundo,148028.htm>

SUPPORT-ES PERMANENTEMENTE EM DEFESA DO PORTUS E DOS PORTOS PÚBLICOS. O PORTUS É PATRIMÔNIO DOS PORTUÁRIOS E OS PORTOS PÚBLICOS DO POVO BRASILEIRO. Acesse nosso site: www.support-es.org.br